

FILM COMMISSION NACIONAL

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

2025

MINISTÉRIO DA
CULTURA



DO LADO DO Povo BRASILEIRO

Conceito

As *film commissions* (comissões filmicas) são estruturas institucionais que integram políticas públicas de estímulo ao mercado audiovisual, atraindo investimentos nacionais e internacionais, apoiando e facilitando, de diversas formas, a produção de obras em territórios específicos e integrando-se a uma política de fomento ao setor audiovisual. Suas funções específicas perpassam por normatizar, orientar, promover, atrair e apoiar a atividade de produção de conteúdos audiovisuais, articulando diferentes agentes que se relacionam com esse processo, e contribuindo para transformar as localidades em destinos *film friendly*, ou seja, mais atrativos e amigáveis para estas produções, respeitando a diversidade cultural, ambiental e social do país.

(conceito desenvolvido pelo Grupo de trabalho interinstitucional que estruturou recomendações para a criação de uma Film Commission Nacional, instituído pelo Ministério da Cultura em fevereiro de 2025)

OBJETIVO PRINCIPAL

As ***film commissions*** buscam transformar as localidades (estados, municípios e regiões) em que atuam em destinos mais atrativos para serem realizadas produções audiovisuais, tornando-as "***Film Friendly***".

Film friendly significa adotar um conjunto de medidas no âmbito administrativo para criar condições mais favoráveis e simplificadas para a realização de produções audiovisuais.

Seja tornando o processo de autorização de filmagens menos burocrático, oferecendo preços e serviços mais acessíveis ou aplicando incentivos fiscais como o "***cash/tax rebate***" (concessão de reembolso) e os diferentes tipos de crédito tributário.

Modalidades de financiamento

cash rebate: reembolso parcial de investimentos aportados por uma produção audiovisual em determinado território, a partir de gastos elegíveis previstos em regramento específico, a partir de reembolso financeiro direto.

tax rebate: reembolso parcial de investimentos aportados por uma produção audiovisual em determinado território, a partir de gastos elegíveis previstos em regramento específico, a partir do abatimento, redução ou reembolso na cobrança de impostos.

Estudo da Motion Pictures Association (2023) aponta o *cash rebate* como mecanismo mais recorrente, estando presente em 80% dos países que adotam políticas de incentivo fiscal/financeiro.

Film Commissions no Brasil

Contemporaneamente identificamos um crescimento no debate acerca da implantação de *film commissions* nos municípios e estados do Brasil, sobretudo, com a conformação de uma atuação em rede, através da constituição da REFIC (Rede de *Films Commissions* do Brasil).

Recente consultoria contratada pelo Ministério da Cultura mapeou cerca de 40 iniciativas já implementadas no país, em diferentes momentos, parte delas foi descontinuada.

Em plena atividade no momento (2025), ou em implementação, foram identificadas **24 iniciativas**.

Film Commissions no Brasil

Em diálogos com a REFIC e no âmbito dos trabalhos do GTI, observamos que os principais desafios apontados pelas *film commissions* brasileiras em relação a sua operação:

- falta de dotação orçamentária própria;
- orçamentos limitados destinados pelos entes locais para as atividades das *Films Commissions*;
- equipes e estruturas reduzidas nas estruturas dos entes locais;
- falta de infraestrutura técnica local (técnicos, estúdios e pós-produção); e
- falta de uma orientação organizacional nacionalizada, que padronize alguns formatos administrativos e estruture a atuação das diferentes esferas.

Film Commission de alcance nacional

As *film commissions* podem desenvolver papel relevante no desenvolvimento sustentável do setor audiovisual ao oferecer apoio logístico-operacional às filmagens e ao atrair produções audiovisuais estrangeiras para filmar no Brasil.

Uma *film commission* nacional seria capaz de coordenar e articular esforços, estabelecendo uma política pública mais ampla articulando o setor audiovisual, turístico, serviços e as demais atividades econômicas envolvidas no processo de atração, promoção e apoio a produções audiovisuais.

Exemplos de *film commissions* de alcance nacional: Colômbia, França, Espanha e Costa Rica.

Lei Paulo Gustavo

O Governo federal junto com o Congresso Nacional além do Projeto de Lei n. 1384/2024 do deputado André Figueiredo (PDT-CE), em debate, que pretende instituir a Política Nacional para as Comissões de Apoio à Cinematografia (Film Commissions) também possibilitou a aplicação de recursos federais em *film commission* via Lei Paulo Gustavo, Art. 6º, III - apoio ao desenvolvimento de Cidades Locação.

Assim, observamos experiências de estímulos a internacionalização das empresas brasileiras e implementação de *film commission* em âmbito municipal, a exemplo das capitais como Porto Alegre e Fortaleza.

Lei Paulo Gustavo (art. 6º, III)

■ **EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA PAULO GUSTAVO PORTO ALEGRE – CINEMA (04 de outubro de 2023) – LINHA 10: APOIO DE DIVULGAÇÃO DE CIDADE LOCAÇÃO E DE INCENTIVO À PRESENÇA DAS PRODUTORAS EM MERCADOS INTERNACIONAIS PARA ATRAÇÃO DE NEGÓCIOS.** (Valor por projeto: R\$ 20.000,00) - Apoio financeiro para circulação de cartilha de projetos de audiovisual ou games desenvolvidos em Porto Alegre, auxiliando as empresas produtoras de audiovisual ou games a fortalecer a presença em rodadas de negócios em mercados, feiras e festivais internacionais, fortalecendo a criação de novos negócios para Porto Alegre e a intercâmbios profissionais.

(https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/hotsites/smc/lei-paulo-gustavo/home/edital%20LEI%20PAULO%20GUSTAVO%20PORTO%20ALEGRE%20CINEMA.pdf)

■ **EDITAL 9395 - AUDIOVISUAL - LEI PAULO GUSTAVO 2023 – FORTALEZA/CE (INCISO III, Modalidade E) –** (Valor por projeto: R\$ 155.767,84) - 01 projeto para implantação de políticas e programas que desenvolvam e estimulem a produção de obras audiovisuais no município de Fortaleza. As *Film Commission* facilitam a produção audiovisual, oferecendo apoios diversos para a realização de projetos nessa área. Seu objetivo é transformar as localidades em que atuam, em destinos amigáveis para as produções audiovisuais, facilitando o processo de produção, e criando condições favoráveis, até por meio de mecanismos de incentivo econômico, garantindo que esse setor audiovisual, nacional ou internacional, coloque determinadas localidades em seus catálogos de possíveis cenários para suas histórias. A consultoria de implantação *Film Commission* deve abranger diversos aspectos, como análise de modelos existentes, tendências, estudos de público e mercado, análise de impacto econômico e social da produção audiovisual, mapeamento de cadeias produtivas, estudos de viabilidade de projetos, entre outros.

(<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/opportunity/4585/edital-audiovisual-ch-p-cel-020-2023-ed-9395.pdf>)

Passos dados pelo MinC

1. Constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de propor desenho e modelo de gestão de uma film Commission nacional.
2. Contratação de consultoria pela Sav, através de PRODOC/OEI, para análise e proposição de mecanismos de financiamento com potencial de serem desenvolvidos por uma film Commission nacional, com enfoque especial em mecanismos de incentivo financeiro e fiscal. A proposta deverá contemplar estudo sobre mecanismos de financiamento adequados às normativas legais vigentes no país, e levando em consideração a reforma tributária.

Grupo de Trabalho Intermínisterial

PORTARIA MINC Nº 64, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025:

- I - Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura
- II - Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Cultura
- III - Agência Nacional do Cinema
- IV - Ministério do Turismo
- V - Embratur
- VI - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- VII - ApexBrasil
- VIII - Ministério das Relações Exteriores
- IX - Rede de Film Commissions do Brasil

Grupo de Trabalho Intermínisterial

Foram realizadas 11 reuniões interinstitucionais com temas como:

- Experiências de gestão film commissions no Brasil;
- Financiamento;
- Relacionamento com órgãos federais (MTE, MDIC-APEX, MJ, MRE, ANCINE, IPHAN e CMBIO);
- Film Commissions e Turismo.

E convidadas duas film commissions internacionais para compor nosso benchmark (Reino Unido e Uruguai), além de visita técnica à Portugal Film Commission.

O GTI foi finalizado na última terça, dia 02/09/2025, com as recomendações.

Consultoria

Produto 01: Documento técnico composto por benchmarking de iniciativas internacionais voltadas para atração de filmagens e promoção do audiovisual no exterior, com foco nas experiências da Colômbia (Promimágenes/Colômbia Film Commission), Espanha (Spain Film Commission), França (CNC/Film France) e Coréia do Sul (Korea Film Commissions e Industry Network e Korean Film Council).

Produto 02: Documento técnico contendo mapeamento de todas as Film Commissions que atuam no país, em âmbitos municipal e estadual, seus modelos de gestão e governança, e seus mecanismos de fomento e financiamento.

Produto 03: Documento técnico contendo a identificação e descrição dos agentes públicos e privados envolvidos com a política de atração de filmagens estrangeiras e promoção do audiovisual brasileiro no exterior, apresentando proposta detalhada de modelo de governança e operacionalização de uma Film Commission com atuação em âmbito federal

Film Commission Nacional

Possíveis ações

- Articulação e fortalecimento das *film commissions* locais (hub para produtores nacionais e internacionais);
- Desenvolvimento de catálogos (serviços oferecidos pelas *film commissions* locais);
- Fortalecer a promoção de uma “Identidade Brasil” para os mercados internacionais;
- Suporte à regulação de *film commissions* atuantes no Brasil;
- Criação e operação de mecanismos de incentivo financeiro e fiscal (*cash rebate* ou modelos de igual alcance);
- Mapeamento do setor audiovisual do país (levantamento detalhado das potencialidades e recursos disponíveis em cada região);
- Estímulo à descentralização da produção no território nacional;
- Estabelecimento de procedimentos e normativas, alinhamento com órgão federais e políticas de incentivo.

FILM COMMISSION NACIONAL

OBRIGADA!

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL
2025

MINISTÉRIO DA
CULTURA

